

ANPUH-RIO 2008

A biblioteca de Rui Barbosa: uma concepção de cidadania.

Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira *

Resumo:

A biblioteca de Rui Barbosa representa o esforço de vida de um homem que amava os livros. No Brasil, muito poucos puderam rivalizar com o acervo que adquiriu. A coleção que formou cresceu tanto que transformou sua casa em um verdadeiro palácio dos livros, como a denominou Lacombe. Ao longo do século XIX, e dos primeiros anos do XX, membros da elite imperial, inclusive o imperador D. Pedro II e a imperatriz D. Teresa Cristina, além de muitos advogados, juristas e médicos acumularam bibliotecas importantes, mas ficaram bem distantes dos cerca de 37.000 volumes que Rui deixou em 1923, por ocasião de sua morte. A maior parte das bibliotecas particulares brasileiras não deixou marcas sobre sua existência. Mas, as que se preservaram tinham também função profissional, além de incorporarem romances e literatura, para leituras em ambientes domésticos e saraus. A biblioteca de Rui Barbosa tem características muito originais e reflete suas concepções de cidadania.

Palavras-chave: História cultural/Livros e bibliotecas/livros e cidadania/

Abstract:

The Rui Barbosa's library represents the effort of life of a man who loved the books. In Brazil, few could compete with the size of the library, mainly because most of them did not survive to their owners. The Rui Barbosa's library has very unique characteristics and reflects its owner's ideas of citizenship.

Key words: Cultural History / Books and libraries / books and citizenship /

A biblioteca de Rui Barbosa destaca-se das demais por diversas peculiaridades: foi preservada na íntegra, tornou-se disponível ao público depois da morte do proprietário, representou o esforço individual para consolidá-la, além de ter-se tornado fonte de pesquisas, destino pouco comum às bibliotecas particulares no Brasil. A coleção foi formada ao longo da vida de Rui, tomando dimensões tão significativas que transformou sua casa em um verdadeiro palácio dos livros. (LACOMBE, 1984).

Originalmente foi uma biblioteca exclusiva, de um homem ciumento de seus livros. Rivalizava com outras bibliotecas de seus contemporâneos, mas em 1923, quando da morte de Rui, alcançara o fantástico número de 37.000 volumes. (PIRES, 1952) A maior parte das bibliotecas particulares brasileiras descritas até hoje e compostas em função de demandas profissionais, estão longe de atingir estas marcas.

Muitos a admiravam, outros a criticavam como extravagância, imaginando-a como um sorvedouro de gastos, acusações estas que obtiveram defesas veementes de Rui. Algumas vezes serviu como forma de aproximação de indivíduos que amavam os livros. Um episódio a destacar foi a entrevista entre Rui Barbosa e D. Pedro II que ocorreu na biblioteca do palácio imperial, no dia 5 de novembro de 1884. Rui foi convidado a comparecer à Quinta da Boa Vista para uma conversa com o imperador. O assunto em pauta eram seus pareceres sobre a Instrução Pública, uma proposta dos liberais sobre a reforma educativa do ensino, e que parece ter despertado muito interesse no Imperador. As observações registradas à margem do texto e feitas de próprio punho pelo Pedro II podem sugerir os rumos da conversa. Nestes profusos comentários (LACOMBE, 1984: 223) mostrou-se um interlocutor atento à opinião do jurista. Ambos valorizavam os livros, fato que deve ter pesado nesta aproximação. De qualquer forma a estima e o respeito que parecem ter desenvolvido a partir deste evento poderão ter sido a mola mestra para a concessão do futuro título que Rui recebeu de Conselheiro do Império. Este título foi utilizado prioritariamente por toda a vida do jurista, e era o que parecia mais lhe agradar, como prova o uso cotidiano, através da chancela de seus documentos, atitude repetida pelas chancelarias de outros países, tornando-se uma forma corrente de se dirigir a ele, em documentos oficiais.

Alain Nadaud, conhecedor das características de uma biblioteca privada, afirmava que: “vivante, ainsi que ces animaux domestiques dont il faut prendre soin, la bibliothèque privée exige qu'on lui soit attentif. De la même façon qu'on change une plante de pot, on disposera peut-être autrement le contenu de ses rayonnages”. (FIGUIER, 1992)¹ Era essa atitude de Rui em relação aos seus livros, manuseados com cuidado que envolvia limpeza e conservação, fundamentais para a longa vida deles. À medida que cuidava para que não permanecessem sem uso, e que os transferia de lugar, estava zelando por eles. No caso de livros usados, comprados em leilões, ou presenteados, havia uma rotina. Assim que chegavam, Rui os deixava em uma espécie de “quarentena”, separado dos demais, para que insetos e carunchos

¹ Apud Richard Figuiet (dir.). *La bibliothèque*. Paris: Autrement, [1992]. “Viva, como os animais domésticos que necessitam de cuidados, a biblioteca privada exige muita atenção. Da mesma maneira que se muda uma planta de vaso, deve-se se dispor da mesma forma, dos conteúdos de suas prateleiras.

não viessem a contaminar os exemplares já nas prateleiras. Essa atitude consciente, e fundamentada em novos conhecimentos químicos, o ajudava na preservação da biblioteca.

De qualquer forma, uma biblioteca não é simplesmente o somatório de livros. O fato de um indivíduo ter escolhido determinados temas e autores, entre tantos outros, o hábito de preservar os livros em casa, guardá-los em móveis especialmente construídos para este fim, demonstra uma preferência, uma forma de atribuir determinado valor a esses objetos, não apenas por suas qualidades implícitas, mas por apreciar o seu toque, o seu cheiro, a sua encadernação. Esta seleção, seja por escolha profissional, afetiva, ou mesmo por *status*, define uma razão que ajuda a fazer a diferença entre livros esparsos e espalhados, e uma biblioteca, mesmo que pequena.

Podemos traçar um paralelo entre as bibliotecas de advogados e médicos no Brasil, no período de 1870-1920, com destaque para aquelas registradas em inventários existentes no Arquivo Nacional. Apesar de desmistificam as afirmações anteriores de que não eram comuns as bibliotecas em âmbito doméstico, no Brasil, (BESSONE, 1999) não se aproximam do acervo acumulado por Rui. Em um universo de documentos cartoriais estudados, podem ser identificados diversos proprietários², que exerciam a advocacia (130 advogados), a medicina (109 médicos) e 18 familiares, e que possuíam livros em número suficiente para merecerem registros nos inventários. Outras fontes que contribuem para a localização de bibliotecas particulares são os testamentos e as verbas testamentárias que, para o período de 1870-1920, acrescenta a existência de bibliotecas entre 82 advogados e 50 médicos estudados.

Cada um deles pensou em uma organização especial para as bibliotecas, de modo que todas se formaram com características bem próprias, tendo, no entanto, alguma lógica comum, com destaque para a presença de obras de cunho profissional. Novamente, Alain Nadaud vem nos ajudar a compreender a lógica de um amante de livros, seja pelos cuidados com a disposição que os donos deram a eles, pelo ambiente em que estão instalados, pelo conteúdo com que trabalharam para organizá-los, permitindo assim que outros possam compreender melhor o conjunto destas prateleiras. Relacionando essas fontes com a argumentação de Nadaud, vários padrões se revelam, seja apenas pela posse de livros esparsos, pela formação de pequenas ou grandes bibliotecas, ou pela instalação dos livros em gabinetes e escritórios. De alguns, tem-se informações por relatos em correspondência pessoal, notícias e memórias; e às vezes por documentos cartoriais ou jornais. Nesse conjunto

² 374 fichas biográficas relativas a 257 indivíduos conforme levantamentos realizados no Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Instituto Geográfico Brasileiro.

examinado, uma parcela de cinquenta pessoas (19,46% do grupo estudado) apresentava coleções discretas de livros, e dezoito delas (7%) bibliotecas propriamente ditas.

Alguns indícios sugerem estratégias para se desvendar a existência de bibliotecas privadas, que muitas vezes não se preservaram. Algumas pistas permitem que se perceba a simples existência livros avulsos no ambiente doméstico, ou pequenas coleções entre os bens arrolados em inventários ou testamentos. Às vezes, pelo fato de haver nas residências um mobiliário de gabinete ou escritório, a existência de livros é subentendida, porque, naquele tipo de registro cartorial de bens, era mais comum que privilegiassem informações sobre os bens de raiz, e outros tipos como mais valiosos, como, por exemplo, os objetos de ouro e prata.

Por isso torna-se importante comparar a dimensão da biblioteca de Rui Barbosa, levando-se em conta alguns exemplos de bibliotecas estruturadas por outros indivíduos, na segunda metade do século XIX. É bom frisar que, diferente da maioria, ela foi preservada na íntegra, privilégio que poucos tiveram. Mesmo figuras como Augusto Teixeira de Freitas, Cândido Mendes de Almeida, e outros juristas da época, não lograram preservar suas bibliotecas, que se desbarataram depois de suas mortes, seja por vendas em leilões, ou desinteresse dos herdeiros. Uma das que poderia rivalizar, na época, e em termos de importância, era a coleção, cerca de 30.000 mil itens, reunida por Francisco Ramos Paz, um imigrante português, que depois de enriquecer no Brasil, concentrou suas compras em livros de autores portugueses e brasileiros, e tornou-se um bibliófilo respeitável. Seu desempenho, como responsável pela circulação e aquisição de importantes obras, reforçaram o papel de elemento aglutinador dentro do círculo de leitores cariocas na passagem do século. Sua atividade incessante ficou registrada, sobretudo por pessoas que reconheceram nele um aliado valioso para incrementar os acervos de bibliotecas particulares e públicas. Paz, apesar de não ter sistematizado seu acervo, nem definido para quem iriam seus livros, foi beneficiado na preservação da sua biblioteca por amigos e mecenas que, preocupados em manter a integridade do conjunto tornaram-se os paladinos da defesa desta biblioteca.

Em vida, Paz era um comprador de obras para várias bibliotecas do Rio de Janeiro, inclusive a Biblioteca Nacional, e o Real Gabinete Português de Leitura, obras que geralmente adquiria por encomenda, em visitas a importantes livreiros no exterior, além dos diversos leilões, dos quais participava. Após sua morte, e para honrar compromissos pecuniários que tinha, houve necessidade de se organizar um catálogo, com vistas ao leilão que teria que acontecer. No entanto, pelos esforços de amigos como Capistrano de Abreu, intermediou-se a

compra do conjunto de bens por um membro da rica família Guinle, Arnaldo, sustando-se o leilão, e em seguida, doando-se o acervo à Biblioteca Nacional, em 1920.

Comparando-se um grupo de proprietários de bibliotecas privadas do período pode-se demonstrar a imensa importância da biblioteca de Rui. Estas bibliotecas concentram exemplos de pessoas que tiveram seus livros avaliados em inventários, e incluem informações importantes que podem definir um perfil destes acervos particulares, avaliados entre fortunas do período imperial. O mais comum nestes documentos era uma avaliação, feita por funcionários dos cartórios, do valor total da fortuna, além de valores específicos quanto aos móveis existentes nas residências, e quando havia livros ou bibliotecas seu valor específico. Na maioria dos casos estudados as bibliotecas particulares tinham um valor pecuniário irrisório, em relação ao total dos bens. Somente dois dos inventários de um total de xxx apresentam valores significativos das bibliotecas em razão da riqueza total: aquele pertencente a Jerônimo Máximo de Nogueira Penido e José Benício de Abreu, com percentuais de 44,8% e 83,5% dos bens concentrados em livros. Muitas dessas bibliotecas se pulverizaram, seja por desinteresse dos herdeiros, ou por vendas a particulares, ou em leilões públicos. Uma biblioteca considerada de grande qualidade como a do intelectual Eduardo Prado, por exemplo, conheceu a dispersão através de um leilão, após sua morte.

O caso da biblioteca de Rui foge aos exemplos acima, à medida que tudo foi preservado, aí incluído o mobiliário, com acervo muito diversificado. Depois da mudança definitiva para a propriedade por ele adquirida à Rua São Clemente, 104 (hoje 134) a coleção foi ampliada. Em 23 de maio de 1893, a casa foi adquirida por 130.000\$000 réis, sob garantia hipotecária. Construída originalmente em 1849, por Bernardo Casimiro de Freitas, 1º Barão da Lagoa, foi vendida ao negociante inglês John Roscoe Allen, último proprietário antes de Rui. (MAGALHÃES, 1999: 105) A casa, bem arejada e disposta, foi se transformando, à medida em que as aquisições de livros se ampliaram, em uma espécie de casa/biblioteca, e grande parte da produção de Rui como advogado, político e legislador aconteceu aí. Aos poucos foi se tornando um conjunto de bibliotecas contíguas, que Rui usufruía para trabalho e para o lazer. Sua mulher, D. Maria Augusta chegava a afirmar que se não fosse por ela e a família, Rui não sairia de casa, nem teria uma vida social, mas apenas uma vida com os livros.

A biblioteca de Rui Barbosa teve o privilégio de manter, mesmo após sua morte, uma integridade ímpar. Até mesmo a avaliação registrada no inventário difere de todos os exemplos anteriores, pois enquanto a biblioteca foi avaliada em mil e duzentos contos de réis, (1.200:000\$000) a propriedade da rua São Clemente foi cotada em oitocentos e cinquenta

contos de réis (850:000\$000) (BARBOSA, Inventário)³. Posteriormente, a compra, pelo Governo brasileiro, a partir de uma proposição do Senado, foi fundamental para sua preservação. De acordo com o Decreto 4789 de 2 de janeiro de 1924, foram adquiridos a casa em que residiu Rui e a família, juntamente com o mobiliário, a biblioteca e o arquivo, mantendo-se intacta a propriedade intelectual das obras do jurista. (MELLO & MENDONÇA; 1997: 20)

Decreto nº 4789, de 2 de janeiro de 1924

Autoriza o Poder Executivo a adquirir a casa em que residiu o Senador Rui Barbosa, com mobiliário, biblioteca, arquivo, manuscritos e a propriedade intelectual das obras do eminente brasileiro. (art. 2º comissão de 3 membros) (DIÁRIO OFICIAL, 5/01/1924)

No artigo 4º havia uma cláusula que definia o teto de quatro mil contos para a execução da lei, isto é, das despesas para a instalação da casa-museu. E em seguida o decreto nº 16.651/1924 definiu o crédito especial a ser disponibilizado, para aquisição de todo o conjunto: casa, propriedade intelectual, manuscritos e arquivos de Rui.

Decreto nº 16.651 de 23 de outubro de 1924

Abre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 2.965:000\$000 para pagamento, em apólices da dívida pública interna, das despesas com a aquisição da propriedade intelectual das obras do Senador Rui Barbosa e da casa em que o mesmo residiu, nesta cidade, com a biblioteca, os manuscritos e o arquivo. (REAL, 1957)

Também o fato da família ter optado por sua continuação em território brasileiro, mesmo tendo outras ofertas mais significativas, foi decisivo para preservação, fato pouco comum, no Brasil. Esse ato foi então de suma importância para preservar uma biblioteca que representava uma jóia especial e rara, considerando-se, que como outras haveria riscos quanto ao seu desmembramento. Outros brasileiros, proprietários de bibliotecas famosas vacilaram quanto a esse tipo de decisão, uma vez que o risco era grande, de que mesmo doadas elas percessem. Esse foi o temor de Oliveira Lima, que possuía uma das mais belas brasileiras de que se tem notícia, mas por questões políticas e ideológicas, e por desacreditar no respeito a esse tipo de riqueza no Brasil, optou por doá-la a uma universidade americana, na qual trabalhou grande parte de sua vida. Ela se encontra na Universidade Católica de Washington, até hoje, mas ainda carece de verbas específicas para sua manutenção.

³ Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Inventário do Conselheiro Rui Barbosa. Inventariante Maria Augusta Rui Barbosa. Procedência: Tribunal de Justiça/Museu da Justiça. Processo em 8 volumes. RB DC 7. Microfilme 768. É importante registrar que dos oito volumes do inventário, sete se referem ao registro da biblioteca, conforme orientação de D. Maria Augusta que contratou profissionais para a tarefa de catalogá-la.

A origem da biblioteca de Rui também é diferenciada da maioria das bibliotecas particulares da época, uma vez que não foi recebida por herança, mas partiu de um esforço pessoal, ao longo da vida. Todas as bibliotecas indicadas nos inventários referidos anteriormente eram de famílias tradicionais no ramo do direito ou da medicina, e têm a característica de serem, na maioria, herança de família.

Rui Barbosa manteve uma relação de convívio cotidiano com seus livros, e isto se reflete na constante renovação de todos os itens de sua biblioteca. Até o ano de sua morte, 1923, a rotina de compras se manteve. Desde criança adquiriu o hábito de ler e essa atitude de curiosidade e reflexão sempre foi preservada. Em 15 de setembro de 1915, no mês anterior à sua eleição para presidente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, um acidente doméstico demonstrava essa atividade diuturna. Sofreu uma queda da escada presa à estante de livros da biblioteca, quebrou a tíbia da perna esquerda e precisou ser operado. Este fato comprova sua constante freqüência à biblioteca, muitas vezes sem esperar ser auxiliado na tarefa de localizar os livros desejados, tomando a iniciativa.

Acervo de características eruditas, sofisticado, que servia para uso profissional e para o lazer, o conjunto bibliográfico reunido por Rui tem paladar para todos os gostos. Apesar de ter sido criada para um só leitor, já que Rui não franqueava seu uso, e nunca ter sido objeto de catalogação, ela adquiriu nova projeção depois da morte de seu proprietário. A iniciativa de d. Maria Augusta foi decisiva para torná-la um bem público. Ao decidir como inventariante fazer um catálogo de todo o acervo e só vendê-lo de forma integrada, deu o último e definitivo passo para a preservação permitindo seu uso com uma nova acepção de cidadania.

BIBLIOGRAFIA

BESSONE, Tania Maria. *Palácios de destinos cruzados. Bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

Catálogo da biblioteca de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa/Ministério da Educação e Saúde, 1944-1952, 3 vols.

FIGUIER, Richard. (dir.). *La bibliothèque*. Paris: Autrement, [1992].

LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

MAGALHÃES, Rejane de Almeida. *Rui Barbosa. Cronologia da vida e da obra*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.

MELLO, Maria Lúcia Horta Ludolf et alli. *O Arquivo Histórico e Institucional da Casa de Rui*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

MINDLIN, Guita e MINDLIN, José. *Destaques da Biblioteca (in) disciplinada de Guita e José Mindlin*, São Paulo: Edusp/Fapesp/Edições Biblioteca Nacional, 2005, 2 volumes.

MORAES, Rubem Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros: Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1998.

OLIVERO, Isabelle. *L’Invention de la Collection. De la diffusion de la littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIXe siècle*. Paris: Editions de L’IMEC, 1999.

PIRES, Homero. A biblioteca de Rui Barbosa. In: *Catálogo da biblioteca de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa/Ministério da Educação e Saúde, 1952, 3 vols.

REAL, Regina Monteiro. *Casa de Rui Barbosa – resumo histórico de suas atividades*, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1957.